CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA № 16

1

2

DATA: 21/07/2011

A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de 4 Saúde): Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e onze, às 18h30min, no 5 auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado na Avenida Loureiro da 6 Silva, nº 325, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o Conselho Municipal de Saúde de 7 Porto Alegre. No uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis 8080, de setembro de 8 1990, 8142/90, de dezembro de 1990, pelo Decreto Lei 277/92, de maio de 1992, pela Lei 9 Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento 10 Interno deste Conselho, aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão ordinária do 11 Plenário do dia vinte e um de julho de 2011, presentes os seguintes Conselheiros Titulares: 12 Ábdon Medeiros Filho; Adriane da Silva; Alcides Pozzobon; Carlos Antônio da Silva; Carlos 13 Henrique Casartelli; Denis Caravetá Corá; Djanira Correa da Conceição; Flávio Bécco; Gilmar 14 Campos; Heverson Luis Vilar da Cunha; Ione Terezinha Nichele; Maria Angélica Mello 15 16 Machado; Maria Angélica Pinheiro; Maria Encarnacion Morales; Maria Ivone Dill; Maria Letícia de Oliveira Garcia; Milton Santos; Mirtha da Rosa Zenker; Nauber Gavski da Silva; Olir Citolin; 17 Palmira Marques da Fontoura; Paulo Goulart dos Santos; Pedro Luis da Silva Vargas; Ricardo 18 Freitas Piovesan; Roberta Alvarenga Reis; Roger dos Santos Rosa; Silvia Giugliani; Sônia 19 Cleonice Bonifácio; Sônia Regina Coradini; Tânia Ledi da Luz Ruchinsque; Vera Maria 20 21 Rodrigues da Silva. Conselheiros Suplentes presentes: Alberto Moura Terres; Fernando Ritter; Gabriel Antonio Vigne; Gláucio Rodrigues; Lourdes Zilli de Souza; Maristela da Luz; 22 23 Oscar Paniz; Paulo Rubino Bertoletti. 1)Abertura. Quero registrar que o Conselheiro Paulo Goulart está aniversariando hoje. (Palmas) Parabéns e o nosso desejo de muita saúde e muita 24 paz. 2) Apreciação da Ata 13/11. Os conselheiros têm alguma correção, manifestação com 25 relação à referida Ata? O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Serviço 26 Social): Tenho uma pequena correção a fazer. Na linha 476, onde se lê Conselho Municipal de 27 28 Saúde, deve ser Conselho Regional de Serviço Social. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA 29 GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Há mais alguma observação referente à Ata 13/2011? (Silêncio no Plenário) Podemos proceder à votação. (Aquiescência 30 dos senhores conselheiros) Em votação a Ata nº 13/2011. Os (as) conselheiros (as) que a 31 aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 19 votos SIM. Os (as) conselheiros (as) 32 33 que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Abstenções? 01 Abstenção. 34 APROVADA a Ata 13/2011. FALTAS JUSTIFICADAS: Lúcia Bublescki Silveira, Liane Terezinha de Araújo de Oliveira; Salete Camerini; Sandra Helena Gomes Silva; José Antônio da 35 Silva; Doralice Mello dos Santos; Márcia Ubirajara Corrêa; Rejane Haidrich e Luiz Antonio dos 36 Santos. 3) PARECERES: a) 025/11 - Prestação de Contas da 25ª etapa Nota solidária -37 Hospital Parque Belém. (Lê Parecer.) (Após a leitura do Parecer) Alguma manifestação? 38 Pergunta? Dúvida? (Silêncio no Plenário) Em regime de votação a Prestação de Contas da 25ª 39 etapa Nota Solidária Hospital Parque Belém. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se 40 manifestem levantando o crachá. (Pausa) APROVADO por unanimidade. 41 Qualisus HPS. É um Parecer da nossa Assessoria Técnica porque não houve tempo hábil para 42 submetê-lo à apreciação da Secretaria Técnica do Conselho, SETEC. É relativo ao Qualisus II 43 44 do Hospital de Pronto Socorro. (Lê o Parecer.) (Após a leitura do Parecer.) Há uma análise aqui feita pelo Conselho Gestor do Hospital de Pronto Socorro. (Lê o documento.) (Após a leitura.) 45 Alguma manifestação? Pergunta? Dúvida? O SR. PEDRO LUIS DA SILVA VARGAS 46 47 (SINDICÂMARA): Houve, no mínimo, três razões para serem postergados os trabalhos. Uma 48 delas, pelo que pude perceber, em razão de uma auditoria do órgão responsável na área do 49 SUS e a primeira citada em torno de quatro anos. Gostaria de poder ter conhecimento, se

possível, de forma mais detalhada, os motivos mais específicos, principalmente naquele período de quase quatro anos. Que tipos de demandas ocorreram a ponto de gerar esses atrasos? O SR. DANILO (Diretor Administrativo do HPS): Com relação a esses quatro anos que o nosso colega questionou, é uma relação de coisas que houve, em função de erros no projeto básico, onde o próprio endereço do HPS não constava. Ocorreram vários problemas no projeto original, o que obrigou que todo ele tivesse que ser refeito. Isto leva muito tempo. Houve, também, uma questão relativa à mudança de governo e tivemos que começar novamente. Então, em função disto tudo é que ocorreu essa demora. Há muita parte burocrática e precisamos refazer várias vezes o projeto também em função da questão orçamentária. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Serviço Social): A pergunta do Conselheiro Vargas é pertinente, porque não ficou bem esclarecida essa questão. Quem fez o projeto que acabou errando tanto ao ponto de não colocar o endereço do HPS? E também quanto à questão de mudança de governo. Pelo que sei o governo está aí há oito anos, é o mesmo governo. Então, acho que essas questões não estão suficientemente esclarecidas para o plenário. A SRA. MARIA ENCARNACIÓN MORALES (CDS Leste): Sou coordenadora do Conselho Gestor do HPS, e essa demora acompanhamos desde 2003. Houve culpa da Secretaria, mas também houve muita culpa por parte do Ministério da Saúde, que a todo momento exigia algo diferente. Numa hora colocavam os valores de Brasília e em Porto Alegre era outro o valor, o que não fechava. Nessas idas e vindas levou-se muito tempo. E quando se resolveu veio o pessoal da engenharia do Ministério da Saúde, que ficou uma semana em Porto Alegre, no HPS e no Conceição, tanto que no Conceição começou bem depois o processo e está todo reformado e no HPS parece que havia alguma coisa emperrando, e todo o projeto teve de ser refeito, do Qualisus 1 e Qualisus 2. Como Conselho gestor nós acompanhamos todos os passos que foram dados e realmente houve muita demora em função de coisas pequenas que o Ministério da Saúde dizia que não podia ser de tal forma, e quando resolveram sentar para esclarecer é que as coisas começaram a andar. Por isso essa demora toda. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do CMS): Estão em votação os recursos relativos ao projeto Qualisus 2 do HPS. Os (as) Conselheiros (as) que forem a favor manifestem-se levantando o crachá. (Pausa.) 23 votos a favor. Os (as) Conselheiros (as) contrários (as) se manifestem levantando o crachá. 03 votos. (Pausa.) Abstenções? 01 abstenção (Pausa). APROVADOS. Passamos ao próximo parecer: Parecer 07/2011, projeto do Banco de Olhos - IAPI. (Lê Parecer). (Após a leitura). A SRA. IONE NICHELE (CDS Noroeste): O projeto em si é necessário, sabemos disso. O trabalho do Banco de Olhos não discutimos a sua qualidade e necessidade, mas, mais uma vez a história se repete como de outras vezes. Se apareceram nas duas atas é porque nós, do conselho distrital, ouvindo o zumzum-zum – inclusive a Irmã Neli ligou para a minha casa para saber como era o trâmite do projeto aqui -, perguntamos para a gerência o que estava acontecendo. Na nossa próxima plenária a pauta é para que se explique melhor a história desse projeto. É como fazer um prédio bem feito mas não fazer como se exige, com um engenheiro capacitado. Quando o prédio estiver pronto vou precisar que o engenheiro assine, porque vou precisar do "habite-se" do prédio, e então chamo o engenheiro e digo "faz favor me assina, está tudo pronto". Parece que se a gente souber antes vamos atrapalhar, pelo contrário, nunca atrapalhamos, até porque queremos o melhor para a população, só que isso não foi feito como deveria ter sido feito. Mais uma vez lastimo esse "pecado" cometido contra o controle social, porque estamos aqui para colaborar, para auxiliar, e queremos saber, e hoje ficamos sabendo que foi aprovado e está pronto. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): Primeiro quero dizer que na reunião anterior eu havia reconhecido que aconteceu um erro pela Secretaria, o setor que faz a contratualização desse tipo de servico é o GRSS, que realmente não tem uma participação maior junto ao controle social, e eu tinha a conviçção de que esse

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60 61

62

63

64

65

66

67

68 69

70

71

72

73

74 75

76

77

78

79 80

81

82 83

84 85

86

87 88

89

90

91 92

93

94

95 96

97

99 assunto já havia passado pelo Conselho Distrital ao menos, e quando figuei sabendo que isso não havia acontecido eu coloquei à disposição do Conselho. Independente de já ter sido feita 100 alguma intervenção na estrutura física o Banco de Olhos já fazia atendimentos no município de Canoas, ambulatorial, certamente trazendo pacientes para Porto Alegre, e o Município pagando, fizemos isso, porque, além de o Hospital Petrópolis deixar de atender pelo Sistema Único de Saúde, há uma demanda reprimida. Mas, se o Conselho Distrital não aprovar, ou o 104 Conselho Municipal de Saúde não aprovar, o serviço não vai funcionar. O convênio se propõe 106 atender 400 primeiras consultas/mês, num segundo momento deverão ser 800 consultas/mês, com realização de procedimentos no local e reencaminhamento direto daqueles casos que precisam de atendimento hospitalar. Mas, o Conselho Municipal de Saúde será respeitado. Se o 108 Conselho votar contra o convênio eu não assinarei, o convênio não foi assinado e eu não o 109 110 assinarei, e depois vamos ver a forma de ressarcir o Banco de Olhos pelos investimentos feitos. É um investimento que foi feito na área física, não é grande, mas a Secretaria terá de fazer, através dos comprovantes de gastos, o ressarcimento do Banco de Olhos. Mas cabe ao 113 Conselho Distrital e ao Conselho Municipal aprovar ou não, e essa decisão será respeitada. O 114 SR. PAULO GOULART DOS SANTOS (CDS Noroeste): Não se discute o mérito da questão. A necessidade dos serviços é indiscutível. E é bom o serviço do Banco de Olhos. O que se discute é o encaminhamento. É claro que não vamos votar contra, porque o serviço é 116 necessário para a comunidade. Não estamos discutindo o mérito mas a forma como essa questão foi encaminhada. Vamos votar a favor, até para não deixar a população sem esse 118 119 serviço, mas que não se faça isso novamente. Obrigado. O SR. ALBERTO MOURA TERRES 120 (Conselho Regional de Serviço Social): Quero me solidarizar com os Conselheiros da Noroeste, até porque no Conselho Regional de Serviço Social temos um GT-Saúde que faz a discussão sobre as questões de saúde no Município. Na semana passada tivemos uma reunião onde os trabalhadores de lá relataram esse episódio. Inclusive uma das trabalhadoras relatou que chegou pela manhã para trabalhar e disseram a ela que ela deveria retirar as coisas da sua 124 sala porque naquele local seria instalado outro serviço. Houve um desrespeito não somente com o controle social, e com esse Conselho especialmente, já que essa matéria não passou por 126 aqui, mas também com os trabalhadores. Imaginem o trabalhador chegando pela manhã para cumprir o seu horário de trabalho e dizem a ele: "olha, tu vais ter de retirar as tuas coisas da tua 128 129 sala porque aqui será ocupado". Então, é evidente que não vamos votar de forma contrária, 130 mas não pode ser assim com a "faca no pescoço", parece que dizendo que "se vocês não receberem o serviço a culpa será do Conselho", quando sabemos que o erro não foi do Conselho. Então, não pode ser dessa forma. Não é o mérito da questão, mas o método adotado, e não podemos deixar que isso perdure. Já se fez muito isso no passado e esperamos 134 que não volte a acontecer. A SRA. MARIA ENCARNACION MORALES (CDS Lestes): Nós, coordenadores, ficamos muito tristes quando passam por cima dos conselhos distritais de saúde, porque estamos na base, conhecemos a realidade. Sugiro, Secretário, que o pessoal de 136 todas as secretarias recebam um cursinho sobre o controle social até para que tenham conhecimento do fluxo que tem que acontecer, pois causa constrangimento tanto para nós, dos 138 139 conselhos distritais de saúde quanto para a plenária. Então, se esse pessoal não está sabendo, 140 está na hora de saber que tudo tem que passar pelos conselhos, que são legítimos e, além disso, também ajuda a Secretaria que também não precisa passar por constrangimentos. O senhor achou que já havia passado, mas não passou. Obrigada. O SR. HUMBERTO SCORZA (CDS Glória): Está presente algum representante do Banco de Olhos? A gente aprecia o parecer e volta se houver representante presente. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA 144 145 GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Não, não tem representante presente. A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de 146 Saúde): O projeto não é do Banco de Olhos, o projeto é da Secretaria. A SRA. MARIA

101

102

103

105

107

111

112

115

117

121

122 123

125

127

131

132

133

135

137

141

142

143

LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): É uma proposição da Secretaria Municipal da Saúde para dar conta do atendimento que anteriormente, pelo menos em parte, era feito pelo Hospital Petrópolis. Podemos submeter à votação? Acho que para compor com o que foi dito pelos conselheiros, creio que poderemos aprovar com a ressalva de que seja observado nas próximas vezes e, principalmente, que seja encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde de maneira formal, embora já tenhamos submetido à votação do Plenário. A SRA. IONE NICHELE (CDS Noroeste): Queremos deixar bem claro que não somos contra esse trabalho, pois sabemos da necessidade. E, pelo que se ouviu, não é oficial, a partir do dia primeiro de agosto estará funcionando. Então, não é de hoje que a Secretaria está fazendo isso, é uma coisa que foi bem costurada. Então, teria havido tempo sim de passar pelo conselho distrital, pois estamos sempre à disposição; temos plenária, temos calendário, estamos com as datas marcadas, todos sabem. Espero que numa próxima vez seja feito o caminho certo. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Concordo com todas as manifestações. O Banco de Olhos tem previsão de iniciar os serviços no dia 1º de agosto, inclusive os convites que já deveriam ter sido anunciados pela Internet, etc., foram retidos por mim e eu disse que não haveria emissão de convites enquanto o Conselho não aprovasse. Então, mais constrangido do que eu ninguém está, isto eu garanto! Foi um compromisso que assumi com o Conselho e procurei, a toque de caixa, solicitar ao nosso gerente local colocar no conselho distrital para discussão e também mandei, a toque de caixa, para o nosso Conselho. O Banco de Olhos tem tudo pronto para começar, é um serviço necessário. Ninguém se sente mais constrangido do que eu. Realmente há uma data prevista que é 1º de agosto. Não permiti seguer que fosse lançada a informação oficialmente porque se não for aprovado, se não fosse aprovado, não se faria a inauguração, marcaríamos uma outra data, esperando que fosse cumprido todo o processo pelo qual deveria ter passado ou, então, se retardaria o processo em 15 dias ou 30 dias, o tempo que fosse necessário. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Acho que fica o encaminhamento, não se todos concordam, no sentido de que seja submetido ao Plenário e que o processo seja encaminhado na primeira reunião ordinária do Conselho Distrital de Saúde Noroeste. (Informação vinda do Plenário que já está marcado para o próximo dia 27 de julho) Então, está bem. Em regime de votação a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde no sentido de ampliar ofertas de consultas e exames especializados por intermédio do Hospital Banco de Olhos, no Centro de Saúde IAPI. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 31 votos SIM. Os (as) conselheiros que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 01 voto NÃO. APROVADA a proposta. Quero trazer ao conhecimento de todos os senhores uma lei que foi aprovada e que altera a Lei 8689, de 27 de julho de 1993, que dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-INAMPS e dá outras providências, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde-SUS, ao Poder Legislativo, estenda-se à esfera federal de governo. (Lê) "A Presidenta da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei: art. 1º - o art. 12, da Lei 8689, de 27.07.1993, passa a vigorar com a seguinte redação: art. 12 - O gestor do Sistema Único de Saúde, em cada esfera de governo, apresentará trimestralmente ao conselho de saúde correspondente e, respectivamente, em audiência pública, às câmaras de vereadores, às assembleias legislativas e às duas casas do Congresso Nacional, relatório circunstanciado referente a sua atuação naquele período. **§ Único** – O relatório deverá destacar, dentre outras informações, sobre o montante e fonte de recursos aplicados, auditorias concluídas ou iniciadas no período, oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada e/ou conveniada". Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 06 de julho de 2011. Dilma Rousseff e Alexandre Rocha dos Santos Padilha". Como tratamos desta questão

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158159

160

161

162

163

164

165

166167

168

169

170

171

172

173174

175

176

177

178179

180 181

182

183

184

185

186

187

188

189 190

191

192

193

194 195

durante algum tempo, quando discutimos aqui os relatórios de gestão, se deveriam ser trimestrais ou anuais, quero dizer que esta Lei já existia e foi modificada, então, dando conta de que o governo federal, que não fazia parte da Lei, também deverá prestar contas às casas legislativas, conforme é referido no Decreto. 4) INFORMES: Todos os conselheiros devem ter recebido um e-mail convidando para uma Roda de Conversa que irá acontecer no próximo dia 28 de julho, próxima quinta-feira, aqui neste auditório, a partir das 16h30min. Esta Roda de Conversa é alusiva ao Dia Internacional da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha, que se comemora no dia 25 de julho, portanto na segunda-feira. Haverá também uma série de atividades que serão realizadas na Assembléia Legislativa e que foram divulgadas pelo e-mail do nosso Conselho. A ideia é que no dia 28 possamos fazer essa Roda de Conversa para discutirmos o tema Saúde das Mulheres Negras e convocar todas as comissões do Conselho Municipal de Saúde: Comissão de Saúde das Mulheres, Comissão de Saúde da População Negra; Comissão de Saúde DST/AIDS e a Comissão de Saúde Mental. Estas comissões terão como tema a Saúde das Mulheres Negras. A ideia com isto também é dar início àquele nosso desejo de ter uma unidade maior entre as nossas comissões. Esta será a primeira das reuniões que temos a ideia de realizar, trimestralmente, entre as comissões que compõem o Conselho, como forma de construir a intersetorialidade que tanto perseguimos, mas que, de fato, é tão difícil de implementar. Estão abertas as inscrições para os Informes. A primeira inscrita é a Encarnación, que está com a palavra. A SRA. MARIA ENCARNACION MORALES (CDS Leste): Secretário, estão acontecendo as reuniões sobre a consulta popular do Estado e tomei conhecimento de que a Secretaria não está participando. Estamos precisando de dinheiro, não estamos? Fazemos a campanha na Cidade, porque temos interesse que venha mais alguma verba para a saúde de Porto Alegre, mas não está comparecendo ninguém da Secretaria. É bom mandar alguém lá para representar bem a Secretaria e ver esse dinheirinho. Uma outra coisa. Unidade Básica Vila Jardim. Até hoje não foi feito aquele muro de arrimo. Está um buraco na parede da vizinha e daqui a pouco o pessoal e os carros vão cair no buraco. Não sei o que aconteceu, ninguém sabe explicar, dizem que a construtora pifou, mas é preciso arrumar aquele buraco urgentemente. Uma outra questão é que na última reunião aqui do Conselho eu questionei sobre o Aciclovir. A Christiane respondeu que já havia sido comprado, que já estava em estoque, mas estava faltando publicação. Aí, na reunião do Conselho Local da Bom Jesus, coloquei isso e solicitei que me avisassem quando tivesse chegado o medicamento. Todavia, na oportunidade, me disseram que o medicamento ainda não havia sido comprado e que não estava na rede. Fiz contato com a Secretaria e, para minha surpresa, a Christiane me responde dizendo: "- a Remume passou pelo Conselho Municipal de Saúde - não lembro dessa Remume ter passado por aqui. Para dar continuidade aos trâmites da publicação, foi explicado que os medicamentos foram comprados e serão dispensados nas farmácias distritais. Não foi falado que já estavam em estoque". Então estou ficando louquinha, porque ela disse que estavam em estoque, sim! Peço esclarecimento porque fica muito ruim darmos uma informação e, de repente, a Secretaria dizer que não disse. Obrigada. O SR. MILTON SANTOS (CDS Eixo Baltazar): Estou agui com o regimento interno do Conselho Municipal de Saúde e gostaria de saber se esse regimento está valendo. Nesta semana nós estivemos analisando o regimento eleitoral do Eixo Baltazar, e gostaria de obter um esclarecimento: nós votamos até o número "xis", e não deu para terminar no mês passado, foi terminado neste mês. E qual não foi a minha surpresa que neste mês dois itens foram votados novamente. Gostaria de saber se isso é possível, porque gostaria de um esclarecimento sobre essa situação. O terceiro ponto: quero entregar à Mesa a ata das eleições do Passo das Pedras e comunicar que os conselheiros titulares estão aí. Era isso e obrigado. O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (CDS Extremo Sul): Faco parte da Central de Movimentos Populares e sou representante do Extremo Sul. Quero agradecer à empresa que construiu a nossa unidade de Belém Novo, que foi entregue em

197

198

199

200

201

202

203204

205

206

207208

209

210

211

212

213

214

215216

217

218219

220221

222223

224

225

226

227228

229230

231232

233

234

235

236237

238

239240

241

242

243

244

tempo recorde. Só que na nossa gerência não temos alguém que consiga fazer um planejamento para essa mudança, quando viram que o posto estava bonito resolveram fazer a mudança rapidamente, e não viram que os aparelhos de ar condicionado ainda não estavam instalados. Hoje, está um caos muito grande lá, e os medicamentos poderão ser roubados todos essa noite. E estavam desesperados ligando para todo mundo para que os medicamentos fossem levados para algum outro local, inclusive para o Luciano, que orientou a eles para levarem de volta para Belém Novo. Outra coisa, Sr. Secretário: gostaria que quando fossem inaugurar o posto do Chapéu do Sol, e o posto de Belém Novo que fosse feito um planejamento, porque o pessoal não sabe fazer planejamento, e quando vão inaugurar fica aquele caos como hoje está acontecendo com o pessoal do Belém Novo. Durante sete dias o posto vai ficar fechado e ninguém sabe onde é que serão feitas as consultas das pessoas, porque a gerência não comunicou ninguém, e não colocou uma placa sequer. Simplesmente, quando chegamos na portaria havia apenas um aviso de mudança do posto. Outra coisa que quero que vocês saibam para verem o que está acontecendo na nossa gerência, que é não respeitar o Estatuto do Idoso, que tem o direito de ir ao posto e agendar a sua consulta. Mas, é agendada uma vez somente por mês e nos outros dias eles vão para a fila à noite, às três, quatro, cinco horas da madrugada para agendar consulta para alguma especialidade. Deve-se tomar providências quanto a isso e não desrespeitar o direito do idoso. Muito obrigado. O SR. GABRIEL VIGNÉ (CDS Noroeste): Recebi várias ligações, inclusive várias pessoas foram na minha casa para verificar porque foi reduzido o número de reconsultas para especialidades no IAPI. A informação que tive da direção do CS IAPI porque era uma questão quanto ao programa Argus, que estaria sendo reprogramado para diminuir o número de atendimentos remarcados, ficando a maior parte para as primeiras consultas. Acho que não adianta fechar um buraco e abrir outro, porque na realidade deveríamos ter mais médicos especialistas naquelas áreas e não ser feita essa modificação. Há pessoas lá do Lindóia, também do Eixo Baltazar, que me ligaram dizendo que não têm condições de chegar antes das seis horas no IAPI por falta de condução. Então, eles estão impossibilitados de receber uma ficha qualificada, visto que se não chegar antes das quatro horas não se consegue receber a ficha para o especialista que se precisa. Mesmo o idoso que já tenha os exames feitos, aguardando a apresentação para o especialista. Acho que isso não está correto e gostaria de ter um esclarecimento sobre essa situação. Obrigado. O SR. OLIR CITOLIN (CDS Centro): Quero fazer uma fala sobre a PUC. Quanto acontecer aquele processo de contratualização com a PUC gostaria que fosse trazido aqui o reitor da PUC, que foi meu professor, porque precisamos resgatar na PUC um pouco da filosofia do Irmão Champagnat, porque a PUC esqueceu o atendimento do SUS. Quem for lá para ser atendido pelo SUS é um caos. Dou o exemplo do que aconteceu com a minha mãe, que tem 84 anos. Há mês e pouco atrás a minha esposa levou ela lá, que estava com quase quarenta graus de febre, e para ser atendida tinha um prazo de 48 horas. Ela me ligou e perguntou o que fazer. Eu disse: "leva para o nosso posto da Cruzeiro do Sul". Levaram lá, fizeram raio-x, e ela estava com pneumonia. Chamo atenção para a PUC porque na PUC está entrando um rio de dinheiro para pesquisas do CNPQ, e tantas outras coisas que vêm do Governo Federal, e tem somente quinze leitos para o SUS, e quinze leitos sem ar-condicionado, sem as mínimas condições. Nada contra os heróis da saúde que trabalham naquele serviço, porque quem trabalha lá é herói sim, porque o que eles ouvem de desaforos, porque o morro todo desce e quem ouve é o pessoal da saúde, e o reitor não fica sabendo. Por isso quero que alguém venha aqui representando a PUC, se for o reitor tenho certeza que vamos resgatar a filosofia da PUC, porque é isso que precisamos. Outra coisa, Sr. Secretário: no posto da Cruzeiro do Sul a minha mãe foi muito bem tratada, ficou quatro dias internada na sala cinco, mas também lá nós precisamos de fiscalização. Não sei se é o senhor quem escolhe o gerente daquele posto, porque o que há de coisas absurdas que lá acontecem vocês nem imaginam.

246

247

248

249

250

251

252253

254255

256257

258

259

260

261

262

263

264265

266

267

268

269270

271272

273

274275

276277

278279

280

281 282

283 284

285

286 287

288

289

290

291292

293

Havia uns sete ou oito pacientes na sala cinco, e havia uma louca que ficou três ou quatro dias aguardando leito e incomodando durante 24 horas, dizendo horrores de desaforos para os médicos, para os usuários, para todo mundo, para nós mesmos que não conseguimos dormir, até porque lá não havia lugar para a minha mãe e para mim, e eu tinha de dormir sabem onde? No chão, ou em cima da mãe, como eu dormi várias vezes ao lado dela, porque é um frio danado, não tem janela nos banheiros e entrava um gelo. Mas, mesmo assim, fomos muito bem atendidos. Outra coisa: na troca dos plantões as pessoas esquecem os pacientes que estão no banheiro, são várias coisas em que precisamos melhorar. Eu já disse para o Barichelo que se eu estivesse no lugar dele dormiria um minuto, porque eu estaria em todos os postos vinte e quatro horas por dia para ver se as coisas melhoram, porque se não for assim as coisas não vão melhorar. Então, agradecemos muito pelo atendimento prestado no Cruzeiro do Sul, que é um bom atendimento, mas precisamos que o pessoal se comunique uns com os outros, porque senão a coisa não anda. Muito obrigado. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Serviço Social): Primeiro quero deixar registrada a minha estranheza com a votação a respeito do IAPI, porque fazemos o debate, a discussão, o plenário aprova e daí o Secretário Municipal de Saúde vota contra. Isso não é sério. Fecho o parênteses. Hoje me ligou uma senhora que mora lá na Vitória da Conquista, na região Norte, e a filha dela que tem oito anos passou pela unidade de saúde, porque tem um problema de rinite crônica, e foi encaminhada para o especialista no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, porque precisa de medicação, de atendimento especial. Ela foi lá e foi atendida pela equipe do Dr. Celso Dallangnol e Dra. Gabriela Gomes, e disseram para ela que ela não precisava mais ir lá e que se houvesse algum problema com a filha que fosse procurada uma emergência. Ela está muito indignada porque a filha tem esse problema de rinite crônica, com crises, e a equipe da ala dezenove disse que era para ela retornar somente em janeiro, ou então ir numa emergência. Fazemos toda uma discussão sobre as emergências que estão superlotadas, e o Hospital de Clínicas está mandando as crianças para as emergências. Gostaria que o Sr. Secretário pudesse ver o que dá para fazer nessa questão. Por outro lado, quero fazer uma pequena observação sobre o que falou o Conselheiro Milton a respeito da discussão havida no Eixo Baltazar do regimento eleitoral. Estamos construindo o regimento eleitoral. Ontem havia em torno de trinta pessoas no Conselho Distrital de Saúde, com a participação do Conselho Municipal de Saúde, estava lá o Heverson, estava também a Joana, que apresentou um problema técnico no regimento que foi aprovado. Como ainda estamos na construção do nosso regimento foi submetido à plenária para que fosse feita a modificação daquele item a fim de não haver problemas no processo eleitoral, e a plenária acordou, porque como estamos construindo o nosso regimento ainda podemos modificar o que ficou acordado na vez anterior. Foi isso que aconteceu ontem. Estamos construindo o regimento, com a presença do Conselho Municipal de Saúde. Portanto, não vejo nenhuma irresponsabilidade nesse processo de construção, que é um processo democrático dentro da região Eixo Baltazar. Obrigado. (Fora do microfone o Conselheiro Milton diz que gostaria que a coordenadora respondesse e não o Conselheiro Terres). A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): A representante da comissão eleitoral, designada pelo plenário do Conselho, está inscrita para dar um informe a respeito. As manifestações de todos os conselheiros são livres. Todos têm o direito de se manifestar e emitir a opinião que considerar a mais adequada. Joana. A SRA. JOANA (Assessora Técnica do CMS): Boa noite. Foi-me dada a incumbência, como também ao Roger e ao Heverson, para compor a comissão eleitoral da região Eixo Baltazar, por solicitação oficial do Conselho Distrital de Saúde. No dia 16 de junho os nossos nomes foram passados pelo plenário desse Conselho Municipal de Saúde, não houve nenhum óbice, e no dia 21 de junho o Heverson compareceu e deu início à discussão. O pessoal está com os ânimos bastante acalorados lá, não conseguiram avançar na votação do

295

296

297

298

299

300

301 302

303

304

305306

307

308

309

310

311

312

313314

315

316

317

318319

320 321

322

323324

325

326

327328

329 330

331

332333

334 335

336

337

338

339

340341

342

regimento, e foram aprovados até o artigo décimo. Nesse dia eu não pude comparecer porque não estava no Município. Os participantes daquela reunião não quiseram marcar uma reunião extraordinária e ficou para a próxima reunião ordinária, que aconteceu na última terça-feira. Constatei que haviam sido aprovadas duas situações: 1º) levamos o regimento que se baseou no regimento do CDS Centro e nem o Héverson nem eu havíamos notado que o art. 3º dizia que para fazer parte da comissão eleitoral é preciso que os conselheiros sejam todos titulares ou suplentes. Essa definição de ser conselheiro titular ou suplente para a comissão eleitoral diz respeito tão somente ao Conselho Municipal de Saúde. O CDS Eixo Baltazar não possui regimento interno e, portanto, não disciplina isso e, por ter o Conselho Municipal de Saúde aprovado nossos nomes, entendemos que não havia nenhum óbice e, portanto não cabe àquele conselho ficar discutindo quem pode ou quem não pode participar da comissão eleitoral. Houve uma grande discussão, foi colocado em votação se esse artigo seria ou não discutido e o Plenário resolveu rediscuti-lo e, na segunda votação, retirar essa parte. Uma outra questão que foi rediscutida foi a que previa que só poderia se candidatar pessoas que tivessem pelo menos 50% de presença nas reuniões ordinárias do Conselho Distrital de Saúde Eixo Baltazar, desde janeiro de 2011. No momento em que é especificado que é desde janeiro e não dão um limite máximo para o final, isto se constituiria num caso omisso que só a comissão eleitoral poderia resolver. Assim, achamos por bem voltar a discutir com o Conselho para que isto fosse definido lá e não a comissão eleitoral. Travou-se uma enorme discussão, apenas neste item ficaram discutindo por mais de uma hora, pois tinham que decidir se o prazo final seria até junho ou até julho. Finalmente, decidiram que o período que deveria ser levado em conta para apurar 50% das presenças é de janeiro a julho de 2011. Infelizmente, não sei como, após o término da reunião, a lista de presenças do mês de julho desapareceu. Não achamos mais a lista de presenças (risos). Pelo menos conseguiram concluir o regimento. No entanto, por terem aprovado isso, o edital terá que passar, em primeiro lugar, pelo Conselho Distrital de Saúde Eixo e por isto a comissão eleitoral está travada e não poderá propor o edital antes da próxima reunião do Plenário. Em vista disso, solicito para este Conselho a prorrogação do pro tempori, para o qual tinha sido dado 90 dias, prazo este que se encerra no próximo dia 5 de agosto. Na primeira reunião ordinária de agosto teremos que submeter o edital à plenária para, depois, trazer para o Conselho. Fizemos um grande esforço e, sinto-me constrangida por que apesar disso as pessoas ficam falando que não estamos tendo boa vontade e que não estamos conduzindo de forma transparente o processo. Quero registrar que o regimento foi aprovado e que o edital será trazido no próximo mês. . A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Este assunto não está em discussão. Os informes foram feitos e temos outras pessoas inscritas. O que estou pensando é que o edital da eleição não precisa ser aprovado pelo conselho distrital, depois que a comissão eleitoral já fez. Cabe à comissão eleitoral fazer o edital da eleição e apresentar o roteiro. E o tempo e o pro tempori é até cinco de agosto. Portanto, após o término deste prazo é que se poderá pedir a prorrogação. Não vamos votar hoje isto até por que temos reunião ordinária do Conselho no dia 4 de agosto. Então, isto ainda pode ser discutido com a comissão eleitoral e a Coordenação do Conselho Distrital Eixo Baltazar. Não se pode fazer do Informe um debate, em que pese todas as pessoas terem o direito de se manifestar no seu tempo. A próxima inscrita é a Maristela. A SRA. MARISTELA (CDS Nordeste): Hoje não vim para reclamar, mas sim para elogiar. Recebemos hoje a visita da Comissão da Construção Civil e fizemos uma visita à obra da Wenceslau. Pudemos constatar que o serviço está bem adiantado e, então, só tenho que elogiar porque o trabalho está sendo muito bem feito. O Luciano nos acompanhou e quero dizer ao Secretário que aquilo está indo de vendo em popa. Acho que em breve já conseguiremos fazer a inauguração daquele PSF. Obrigada. O SR. HÉVERSON LUIS VILAR (CDS Restinga): Boa-noite a todos. Quero fazer três Informes bem rápidos. No dia 8 de junho a Restinga abriu

344

345

346

347

348

349

350 351

352 353

354

355

356 357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369 370

371

372

373

374375

376377

378

379380

381 382

383

384 385

386

387

388

389 390

391

seu processo eleitoral e em 13 de julho ele foi encerrado. Está eleita a nova coordenação. Há a substituição de uma trabalhadora, a Janete Mariano, que se vai agregar a nossa batalha nesses próximos dois anos. No dia 18 encerrou o prazo para recursos e a comissão eleitoral já encaminhou para o Núcleo de Coordenação o resultado das eleições. Assim, por mais dois anos a Angélica, a Dianira, Eu, o Seu Nelson, a Marilu e a Janete vamos responder pelo Conselho Distrital de Saúde da Restinga, juntamente com a gerente ou a pessoa que por ela for indicada para compor conosco. Processo de participação cidadã. Consulta popular OP. O nome do processo de 2011 a 2013 se chama Processo de Participação Cidadã. É uma mistura de carimbo. Pegaram um pouco de cada coisa e jogaram dentro de um processo. A próxima reunião será no dia 28 de julho, às 9 horas, na Rua Uruguai, 155 - 11º andar, na Sala de Reuniões da Governança. Aqueles que quiserem se agregar ao processo é lá. É plenário aberto. Já definimos o montante do recurso: R\$ 14.400.000,00; R\$ 10.080.000,00 vai para o hospital regional que vai sair lá para os lados de Guaíba e em torno de R\$ 4.200.000,00 é o que vem para Porto Alegre. Dentro desses R\$ 4.200.000,00 ficou decidido: equipamentos para os hospitais e construção da rede básica. Agora, dentro da rede básica, hoje pela manhã tivemos mais uma conversinha para afinar os centros de especialidades. Então, a comunidade vai votar, vai fazer o seu encaminhamento e nós vamos definir mais adiante se queremos um centro de especialidades ou uma rede básica. E aí pode haver um problema porque os valores são bem diferentes. Ontem, dia 20, foi o Dia do Amigo. Então, amigos, recebam meu abraço comunitário e a maçazinha não é a fruta do pecado. Obrigado. A SRA. SILVIA GIUGLIANI (Conselho Regional de Psicologia): Boa-noite. Tenho três Informes. 1º) A Comissão investiu bastante para construir o seu debate e a sua produção, para acompanhar de maneira mais efetiva o processo da Conferência de Saúde. Acho que tivemos um retorno bem importante, disso, em função da votação que o serviço de saúde mental teve. Assim, quero comunicar ao Plenário o nosso canal direto de comunicação e que estamos trabalhando desde março/abril deste ano no monitoramento sobre as deliberações da Conferência Municipal de Saúde Mental. Acho que aí está um passo importante, porque precisamos aprender que não adianta votar, só aprovar ou se não aprovar e deixar que os debates dos processos se percam. A Comissão de Saúde Mental está-se ocupando desde abril em pegar todas as definições, as deliberações e acompanhar, tanto no Plano 2011 quanto no de 2010/2013 para estar, de forma permanente, abastecendo o Plenário sobre os processos, porque aqui falamos em saúde mental de várias formas, em diversos momentos, inclusive em situações bem delicadas, bem graves e de outras formas também. Então, a política de saúde mental do Município precisa ser vista e não temos, infelizmente, a impressão de que temos grandes avanços. Este é o primeiro informe e vamos estar trabalhando. Este ano, na Noroeste, a lone articulou a ida da comissão à reunião. Acabei de receber uma planilha que o grupo fez de como enxerga as rede de saúde mental e esse recorrido queremos fazer em todos os conselhos, pois achamos que dessa forma efetivamente se pensa junto, se faz junto e se avança. 2) No ano passado, a comissão pediu como pauta o debate sobre Infância e Adolescência. Tirou como encaminhamento neste Plenário a participação no GT de Saúde Mental e quero informar que neste ano o GT não está funcionando, não tem havido reuniões. Fomos informados disso na Comissão e estamos trazendo ao Plenário porque, de certa forma, tem a ver com todo o debate sobre saúde mental, mas especialmente sobre uma deliberação tirada aqui no Plenário no sentido de que o ponto sobre Infância e Adolescência, que nós organizamos para trazer e que também foca uma situação complexa, delicada e grave desta Cidade, em função da ausência de uma rede plena, não está conseguindo avançar. 3) Para que todos fiquem com uma boa impressão da Comissão, quero informar que na reunião que ocorreu anterior ao dia 19, creio ter sido no dia 5, foi feito o registro de que a saúde mental tem uma nova referência. A Comissão, em diversos momentos, trouxe para o Plenário a questão da ausência de uma coordenação, de uma

393

394

395

396

397

398

399

400

401

402

403 404

405

406

407

408 409

410

411 412

413

414

415

416

417

418 419

420

421

422 423

424

425 426

427 428

429

430 431

432

433 434

435

436

437

438 439

440

referência e, agora, tivemos a belíssima informação de que a Loiva Leite assumiu esse lugar de referência. Não sei exatamente, na estrutura, se é referência ou se é coordenação, mas a saúde mental passa a ter não somente uma pessoa, como estava caracterizado no último período. Temos a informação de que, agora, há três ou quatro pessoas vinculadas mais diretamente a essa política e a Loiva ocupando o lugar de referência. Quero registrar que por vezes demora um pouco, mas avançamos. Obrigada. A SRA. LOURDES ZILLI DE SOUZA (CDS Sul/Centro Sul): Não sei se mais é para a Sul ou Centro Sul que vem se dando essa situação em relação ao idoso, no que diz respeito aos horários de atendimento. Acho que esses atendimentos têm um tempo restrito, apenas meia hora, e isto não é o suficiente. Está havendo muitos problemas entre usuários e atendentes dos postos de saúde, está gerando um certo conflito e não queremos isto. É preciso que possamos usufruir da melhor forma possível. É um caso fácil de solucionar, entre aspas, porque conhecemos a questão dos recursos humanos. Há uma outra situação, Dr. Casartelli, que também penso ser muito simples. A maior deficiência que há na Sul/Centro Sul e Extremo Sul está no que diz respeito aos recursos humanos. Já temos recursos humanos no PSF da Hípica, mas não temos ainda a finalização do trabalho de colocação dos equipamentos. Estive lá fazendo uma visita e são poucas coisas, são coisas simples. Somente estão faltando pequenos reparos e adequar os equipamentos nos locais que devem ficar. Até agora somente a cadeira está montada, mas faltam outras coisas ainda. E os dentistas estão lá aguardando e os usuários também, para serem atendidos. Gostaria de ter algum retorno em relação a isso. Faço uma reivindicação: muitas vezes solicitamos proteção para dias de chuva e de sol nos postos, nas UBS. Conquistamos isso, mas hoje está havendo alguns problemas e ela teve de ser gradeada em função dos furtos. Mas, não queríamos que fosse gradeada toda extensão da área, e sim a porta. Que Deus tenha o anterior Secretário, mas ele foi lá e, sem nos consultar, simplesmente mandou gradear toda extensão da proteção, e as pessoas ficam lá nos dias de chuva, numa região que tem muitos idosos e crianças, muitas com problemas respiratórios. Então, temos de ficar abaixo de chuva nessas semanas inteiras de chuva, com inúmeras doenças respiratórias e com os hospitais lotados. Então, solicito que isso seja revisto, e apenas uma gradezinha na porta e na janela está de bom tamanho. Obrigada. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Srs. e Sras. Conselheiros: em virtude dos problemas que aconteceram em função dos diversos segmentos que compõem os conselhos de saúde, ou seja, usuários, trabalhadores, prestadores e gestor, pela dificuldade de se definir como esses segmentos se constituem, estamos chamando uma discussão sobre esse tema, que será uma outra Roda de Conversa, expressão que temos usado, para que se discuta sobre os segmentos nos conselhos de saúde. Estamos convidando a professora Soraia Porto para nos acompanhar e ser a facilitadora dessa discussão, que deverá acontecer no dia 02 de agosto, às 18h30min., aqui no auditório. Também estamos chamando uma reunião do nosso Fórum dos Conselhos Distritais, para o dia 11 de agosto, às 14 horas, onde tentaremos fechar a discussão sobre o regimento eleitoral dos conselhos distritais. Formular um regimento eleitoral a partir de todas as experiências que tivemos, e algumas que ainda estamos passando nesse momento, padrão para todos os conselhos distritais de saúde. Vamos enviar e-mail e telefonar quando a data estiver mais perto. Casartelli. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Vou procurar ser breve nas respostas às questões que foram colocadas. Para a Maria Encarnación quero dizer que a pessoa do HPS tem participado da consulta popular. O Luciano foi a uma reunião pelo menos, mas quero dizer que não há pessoas que possam comparecer a todas as reuniões. Na Vila Jardim há uma empresa construtora e já solicitei ao Luciano para ver o que está havendo. Quanto ao Aciclovir a informação era de que o Aciclovir já havia sido comprado. É que o lote foi comprado mas não foi entregue ainda. Já falei com o André e vamos providenciar uma compra emergencial amanhã, para que se atendam as

442

443 444

445

446

447

448

449

450 451

452 453

454

455

456

457

458

459

460 461

462

463

464 465

466

467 468

469

470 471

472 473

474 475

476

477 478

479

480

481

482

483 484

485

486

487 488

489

necessidades enquanto a entrega pela via normal, ou habitual, não ocorre. Em relação a Belém Novo, Chapéu do Sol: realmente, até pela pressa de se inaugurar uma obra, para se trabalhar num setor novo, algumas pessoas podem esquecer de verificar os detalhes de uma construção, a possibilidade de uma transferência. Mas, quero dizer que não será uma semana a mais ou a menos que fará muita diferenca no processo. As coisas devem ser planejadas, bem pensadas. Também não sei porque, e essa não é a determinação da Secretaria, marcam-se consultas para idosos uma vez por mês, na minha opinião a consulta do idoso deveria ser marcada em qualquer horário do dia, em qualquer momento. Vamos repassar novamente para as gerências as orientações, para ver se as pessoas começam a entender que não é preciso o idoso entrar na fila às quatro, ou cinco horas da madrugada. Estamos trabalhando com a perspectiva de mudança na forma de trabalho em todas as unidades de saúde, para que se trabalhe com acolhimento, com humanização. Se criou nos últimos anos, nos nossos postos, a tendência de que se não tem o médico se informa que não tem mais atendimento. Equipe de saúde não é só o médico. Não se faz saúde sem médico, mas não se faz saúde também sem enfermeiro, sem técnico em enfermagem, sem auxiliar, sem assistente, etc. Dar atendimento a um paciente, uma orientação, pode ser feita por um profissional dentro da sua capacidade, para pelo menos orientar se a consulta pode ser feita no dia seguinte ou não. O nosso sistema de marcação de consultas é completamente absurdo, temos que realmente mudar o sistema, acho que tem de haver outra alternativa a essa ida para uma fila na madrugada. Temos que buscar outra alternativa. Em relação ao IAPI: nós estamos instalando o sistema Argus, que está em fase de implantação, e existem alguns ajustes a serem feitos. E tem um problema também que acontece em função de uma quebra de paradigma, que vamos ter de fazer com os nossos profissionais. Como se marca pelo sistema Argus, e as consultas são marcadas com horários pré-definidos. Marcávamos doze consultas para às sete horas da manhã, e o profissional atende às doze consultas e vai embora, então ocorreu de os profissionais irem embora no horário habitual. Vamos ter de reavaliar, discutir, porque o profissional, se não ficar até o final do seu horário, infelizmente ele vai receber meia falta, vai receber falta inteira, seja lá o que for. Vamos ter de enfrentar isso. Não é generalizado, mas há descontentamento por algumas coisas que estamos fazendo. Uma delas é o sistema Argus, com o qual vamos parar de marcar todas as consultas para um único horário, não vamos mais marcar todas as consultas para um único horário. O último paciente ficava duas horas esperando, e não era mais do que isso, porque as doze consultas eram atendidas em no máximo duas horas, por alguns profissionais é claro. E outra questão que teremos de enfrentar é quanto ao ponto eletrônico. Essa situação vamos enfrentar, seja lá o que Deus quiser. Quanto a Cruzeiro do Sul concordo com o Citolin: é um problema de falta de orientação profissional. Eu trabalhava numa UTI de trauma, onde é frequente quando as crianças acordam de um trauma terem agitação, e os outros pacientes que estão na unidade têm que dormir, e o Haloperidol já foi inventado há bastante tempo, é uma das coisas que eu sei usar em psiquiatria, ele acalma, tranquiliza e é algo que não precisa ser psiguiatra para usar o Haloperidol. Também há essa questão de saber usar o medicamento certo, fazer o uso adequado. O Terres falou sobre uma questão a respeito do Hospital de Clínicas. Quero dizer que estamos fazendo uma nova contratualização com o Hospital de Clínicas, onde a quantidade de oferta de atendimentos e procedimentos vai aumentar muito. Não conheço o caso específico dessa menina, mas posso dizer que levar uma criança ao hospital de Clínicas para avaliar uma rinite crônica realmente temos de rever todo o nosso sistema de saúde. Que um paciente consulte um especialista para uma rinite crônica, em determinado momento do processo, eu entendo, mas que ele permaneça consultado por rinite crônica, durante tempo prolongado no Hospital de Clínicas, essa situação não é aceitável. Esse paciente deve ser acompanhado na unidade de saúde da família, na unidade básica, na atenção primária em saúde. Estabelecido o controle ele vai para a atenção primária em saúde,

491

492

493

494

495

496

497

498 499

500

501 502

503

504

505

506 507

508

509510

511

512

513

514

515

516517

518

519

520

521522

523524

525

526527

528

529

530

531

532533

534

535

536

537

538

porque se um médico pediatra, um clínico não consegue atender a alguém com rinite crônica, principalmente após a avaliação em que o especialista diz o que tem de ser feito, essa situação não vai esvaziar nunca os nossos hospitais, que devem ser usados para doenças mais sérias. Mas, de qualquer maneira, estamos re-contratualizando com o Hospital de Clínicas, e esperamos melhorar a relação em termos de oferta de procedimentos. Agradeço a Maristela pelos elogios. O Héverson colocou as questões da Restinga, do hospital que pretende desafogar Porto Alegre. A Sílvia tem toda razão, ampliamos a equipe de saúde mental, e uma preocupação que a equipe tem, e que eu tenho tido, já tive algumas reuniões com eles, e realmente na saúde mental nós temos que fazer alguma coisa, temos que realmente melhorar na atenção primária em saúde nesse um ano e meio que temos ainda para gerenciar a saúde em Porto Alegre. Realmente o tema da saúde mental é um nó difícil de desatar, mas estamos conversando com a Loiva, com a Sara Jane, com as pessoas que estão na saúde mental para realmente darmos um encaminhamento melhor para a situação. Inclusive ontem nós suspendemos a internação na clínica Gramado. Porto Alegre não está mais internando na clínica Gramado. Isso nos criou um problema, e estamos negociando com os demais hospitais que atendem a saúde mental, para substituirmos esses leitos que tínhamos lá, estamos numa negociação que começamos ontem, e chamamos a clínica Gramado hoje e comunicamos que não transferiremos mais pacientes para lá. Transferimos quatro pacientes que estavam lá ontem. Ainda permanecem dez, que vamos tentar transferi-los. A Lurdes colocou uma questão sobre o idoso. Não entendi bem a questão da meia hora, mas quanto à questão dos recursos humanos quero dizer que nesse ano já nomeamos em torno de trezentos servidores estatutários. Dependemos da realização de concurso público, e o primeiro edital de concurso público deve sair em uma semana, ou dez dias, que deverá ser para Técnico de Enfermagem; o segundo edital deverá ser para todas as outras especialidades médicas que não têm concurso no momento; e o terceiro edital será para todas as demais categorias profissionais que não têm concurso vigente, como: fonoaudiólogo, auxiliar de farmácia. Há três etapas de concursos que vão se dar uma em seguida da outra. E aí, vamos tentar repor. Principalmente no setor médico o que falta são especialistas, pois a maioria dos nossos especialistas era do antigo INAMPS e a maioria está se aposentando. No IAPI recentemente se aposentaram dois. Estamos com apenas três cardiologistas no IAPI e isso acaba gerando uma redução de consultas. Estamos solicitando a criação de cargos para médicos, pois a maioria das categorias dispõe de cargos e pronto concurso, para médico faltam os dois. Assim, vamos fazer três concursos na sequência, sendo o primeiro de técnico de enfermagem, cuja demanda não atendida é a maior. Quanto aos equipamentos, estão faltando os equipamentos de odontologia do PSF da Hípica. Amanhã vou pedir para a equipe que dê uma acelerada no processo de implantação dos equipamentos da Hípica. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): 5) PAUTA. Quero informar que a Pauta colocada no informe e no chamamento da reunião continha a apresentação do caso da Tuberculose. Todavia, este ponto de Pauta não será apresentado hoje. Assim, temos três outros itens. A) Ofício 1102, de 24 de junho de 2011, do Secretário Municipal de Saúde, que vou proceder à leitura. (LÊ) "Conforme a Lei 11062, de 06 de abril de 2011, em seus artigos 13 e 15 estabelecem a composição do conselho curador e do conselho fiscal do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família-IMESF. Com base na legislação, vimos solicitar a indicação de dois membros titulares e dois membros suplentes para compor a estrutura do conselho curador e um membro titular e um membro suplente para compor o conselho fiscal. Ressaltamos que conforme o § 1º, do art. 15, da mesma Lei, os indicados para o conselho fiscal precisam ser, obrigatoriamente, pessoas naturais, residentes no País e diplomadas em curso de nível superior. Atenciosamente, Carlos Henrique Casartelli". Até onde tenho conhecimento, na reunião anterior vocês foram informados do teor do ofício e houve algumas manifestações no sentido de que fosse trazido

540

541

542

543

544

545

546

547

548549

550551

552

553

554

555

556

557

558559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570571

572

573

574

575576

577

578

579

580

581 582

583

584

585

586

587

novamente para ser deliberado pelo Plenário. O Núcleo de Coordenação do Conselho avaliou, as pessoas que compõem o Núcleo e que estavam presentes se manifestaram e a ideia é que temos uma posição que foi deliberada por este Plenário e que é contrária à constituição do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família, em que pese, também, acreditarmos que o Conselho Municipal de Saúde, por ser uma estrutura do controle social, não deverá compor uma estrutura que é da gestão. Nós já temos a atribuição legal de fiscalizar todos os recursos e todas as ações de saúde, inclusive, como diz a Lei, nos seus aspectos financeiros. Então, temos que deliberar sobre a nossa participação ou não no IMESF. Eu fiz a defesa contrária à participação de maneira clara, evoquei a decisão anterior do Conselho e se alguém tiver uma posição diferente da minha e quiser manifestar a palavra está à disposição. (Silêncio no Plenário.) Então, podemos submeter à votação. Em votação à solicitação de composição da estrutura do IMESF, conselho curador e conselho fiscal. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 2 votos SIM. Os (as) conselheiros (as) que não aprovam se manifestem levantando o crachá. 22 votos NÃO. Abstenções? 2 Abstenções. REJEITADA a participação no conselho curador e no conselho fiscal do IMESF. Próximo item da Pauta: b) Municipalização Solidiária. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): A ideia era apresentar primeiro o novo modelo das unidades básicas, até para que as pessoas entendessem um pouco o porquê do aumento do custo das novas unidades de saúde que vamos construir em Porto Alegre. Mas, como tenho um compromisso ass 21h45 na RBS, vou fazer a apresentação, primeiramente, da Municipalização Solidária. Não é o que mais gosto de fazer, mas, infelizmente, foi-me dada esta tarefa. A Letícia me lembrou, e acho que já é do conhecimento de todos, a abertura do Hospital Independência. Já houve o chamamento público e a vencedora foi a instituição Divina Providência, que tem 30 dias para assinar a contratualização e cerca de 90/120 dias para iniciar o funcionamento da instituição. Ela vai atender 45 leitos, ao final, de pacientes de traumato e ortopedia, 30 leitos de dependência química, alguns leitos de clínica e 10 leitos de UTI. Acho que esta é uma boa notícia para todos, já que aquele hospital estava fechado desde 2009. Criou-se uma expectativa de que o Hospital tinha condições de reabertura imediata, o que não é verdade. Há todo o reparo da rede elétrica que precisa ser feito, a rede de gases está completamente deteriorada, tem que ser substituída em boa parte, há uma série de modificações que necessitam ser feitas na estrutura do Hospital e não há como reabrir antes.. Em seguida que a contratualização for assinada o Hospital Divina Providência fará um investimento da ordem de R\$ 4.500.000,00 na estrutura. Depois, então, começará a ser feita a contratação de pessoas para que o Hospital comece a funcionar. (Após a apresentação no data-show). A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): O projeto inicial foi apresentado ao Núcleo de Coordenação do Conselho e estava aguardando o momento para ser apresentado ao plenário. A informação que temos é que o projeto sofreu algumas modificações depois de ter sido apresentado no Núcleo e hoje está vindo o Plenário. A SRA. GLÁUCIA (Arquiteta da Secretaria Municipal de Saúde): Vou apresentar a vocês o projeto padrão desenvolvido pela ASSEPRO para o novo modelo de unidades de saúde da família. (Apresenta o projeto no data-show) Isto é o que eu tinha para apresentar. Agradeço a atenção e, se houver alguma dúvida, estou à disposição. O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (CDS Extremo-Sul): Lamento muito não ter ninguém aqui do Conselho Distrital. A gente elege o pessoal para vir aqui nos defender e não há ninguém aqui fazendo representação. Então, Letícia, gostaria que o Conselho enviasse uma comunicação lá para o Conselho Distrital porque sei que há tempo eles não estão comparecendo às reuniões do Conselho Municipal de Saúde. O grande interessado que deveria estar aqui, e a quem eu convidei, seria o Seu René, que é a pessoa que mais briga junto conosco e coloca polêmica. Tenho uma proposta, Casartelli para que vocês não comprem o terreno, pois estão naquela briga com o terreno da Igreja. O

589

590

591

592

593

594

595596

597

598599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612613

614

615

616

617

618

619 620

621 622

623 624

625

626

627

628

629

630 631

632

633

634

635

636

Secretário Busatto compareceu a uma das nossas reuniões e disse que nenhuma unidade de saúde e nenhuma creche será feita em forma de comodato. Nós temos uma área da Prefeitura, distante de lá uns 400 metros, que é a área onde se situava a antiga Rádio Farroupilha. Basta a Secretaria fazer uma reunião com a comunidade para decidir. Não adianta três ou quatro pessoas do conselho fazerem uma reunião entre eles, pois não poderão decidir. Quem tem que decidir somos nós, comunidade, que brigamos muito, Casartelli. E aproveitando a presença do Luciano, que dizer que na próxima semana teremos uma reunião com o Secretário do Planejamento. O SR. ÁBDON MEDEIROS FILHO (CDS Humaitá/Navegantes/Ilhas): Não vou descrever meu currículo, mas tenho uma boa experiência em funilaria. Esse chapéu eólico que foi mencionado, na verdade ele é chamado de exaustor eólico, não é chapéu eólico. Esse aparelho não tem exaustão, ele não funciona como exaustor eólico. É um aparelho bonito que se move com o mínimo de ar, fica rodando e é muito bonito de ver funcionando. Fui um dos primeiros funileiros a fazer um aparelho desses em Porto Alegre. Fiz uma pesquisa para saber e descobri que foi desenvolvido pelos americanos na II Guerra Mundial e servia apenas para iluminar, para fazer um "led" para uma lâmpada ficar acesa nas ilhas para sinalização de navios. Fiz o teste muitas vezes. Deixei de fabricar esses aparelhos porque é uma mentira. No dia em que alguém levar isso para a justiça vai colocar muito funileiro na cadeia. Há uma forma bem simples de fazer isso. Pode-se pegar um chapéu chinês, pois este tem uma ótima sucção, colocar numa lareira, junto com um papel e amassando esse papel, depois de queimado ele sobe. No entanto, se colocarmos esse outro aparelho, na mesma lareira, se colocar um papelzinho vai ver que o papel desce. Eu gostaria que isso fosse revisto. A SRA. SONIA CORADINI (CDS Centro): Duas questões. Se bem entendi, nos consultórios era sempre que o profissional atendesse as diferentes situações, inclusive gineco. Agora, nessa proposta, aparece um consultório de gineco separado. A proposta é não ter mais as mesas? O SR. JOÃO: Acontece que o Ministério obriga a ter um consultório com banheiro. Ele não está separado, está no mesmo núcleo, só está no centro. A SRA. SÔNIA CORADINI (CDS Centro): Sim, mas então a parte de ginecologia vai ser atendimento específico? O SR. JOÃO: Nós colocamos gineco face a exigência do banheiro, no entanto nada impede que seja utilizado como outro consultório. A SRA. SÔNIA CORADINI (CDS Centro): Uma outra coisa. No projeto arquitetônico não aparece a entrada do prédio, proteção, abrigo de chuva e tal. Isto é uma preocupação porque independente de gueremos fila ou não as pessoas vão ter que esperar. O SR. JOÃO: Ali há uma cobertura que tem em torno de 1,50 x 3,50, que é toda a largura do prédio. A planta baixa ilustra melhor. A SRA. SÔNIA CORADINI (CDS Centro): Obrigada, eram estas as duas questões que eu tinha. O SR. HÉVERSON LUIS VILAR (CDS Restinga): Se esse for o lay out novo, eu até havia conversado com o pessoal da assessoria, e depois com o Luciano, para ver o projeto e dar um palpite, até por que não tenho formação nessas áreas, e me disseram que precisavam de uma área "x". Mas agora, olhando o desenho, há muita área sombreada e um vagabundo vai-se esconder ali e entrar no posto por cima. Se olharmos por cima vamos ver que há umas paredes que sobem reto e ali cria uma área sombreada e o "Zé" vai-se esconder ali e, por ali, vai entrar no posto. Numa outra imagem que há uma espécie de clarabóia em cima que fica aberto. O SR. JOÃO: Não fica, é todo gradeado! O SR. HÉVERSON LUIS VILAR (CDS Restinga): Bem, se é todo gradeado está bom! Estou preocupado com essas situações porque criam algumas possibilidades de pessoas mal intencionadas entrarem no posto e levar o resto do material. Essas áreas que vi no projeto no meu entendimento criam possibilidade de um indivíduo entrar no posto. Não me digam que telha de alumínio não rasga porque rasga. Pode ter polietileno embaixo, pode ter uma segunda telha embaixo, mas os caras rasgam. Os caras arrancam grades com ferro 5 x 16. A gente precisa pensar na questão da segurança. O projeto em si acho que até contempla a maioria das coisas e não tenho mais nada para falar a respeito do projeto. No entanto, quanto à

638

639

640

641

642

643

644 645

646

647

648 649

650

651 652

653

654

655

656 657

658 659

660

661

662

663 664

665

666

667

668 669

670

671

672

673 674

675 676

677

678

679

680 681

682

683 684

685

municipalização, quero registrar que o recurso que está lá não é suficiente para fazer todo aquele monte de obra que o Secretário disse que virá de outro lugar. Ainda falta, da municipalização, o Bita e a questão do CAPS que estamos resolvendo lá na Restinga se aquele CAPS é do Extremo sul ou é da Restinga. Em tese ele é da Restinga, em parte, 10% são do Extremo Sul. Isto ainda vamos ter que resolver. Obrigado. O SR. OLIR CITOLIN (CDS Centro): Levamos mais de dez anos para construir a unidade Barão de Bagé. Quem conhece sabe que ela é linda, mas apresenta muitos problemas, começando pela falta de banheiros. Programamos que iria ter vinte funcionários. São mais de cinquenta, que têm de fazer fila para irem ao banheiro. Se não tivermos três, quatro banheiros para funcionários, não funciona, ou tem que ir ao mato. (Risos). Não tem outro jeito. Outra coisa: sala de grupo. Sala de grupo tem de ser para mais de cinquenta pessoas. Na nossa as pessoas ficam empilhadas. A unidade é muito linda, mas cada vez vão entrar mais recursos humanos, que são fundamentais, porque temos a função de formar excelentes quadros de recursos humanos. Então, temos que ter mais banheiros. E toda água da chuva pode ser aproveitada para os banheiros, para horta, para jardinagem. Temos de levar isso em conta. Há dinheiro para isso. É só fazer o projeto. Vamos aproveitar essa água toda. Só numa área de uma maloca que tenho ali caía mais de quinhentos litros de água por hora. Outra coisa: sala da recepção, também tem de ser grande. A nossa é bonita, mas falta espaço, as pessoas ficam em pé, não há cadeiras. Assim por diante. Caixa d'água é argumento fundamental para fechar qualquer posto a qualquer momento. Faltou água, fecha o posto. Eu comprei uma caixa d'água de mil litros para evitar o fechamento do posto. A caixa d'água tem de ser no mínimo com cinco mil litros. Porque vai faltar água no verão. Levem em conta isso, por favor. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Assistência Social): Primeiro quero parabenizar pelo projeto, que está bonito e contempla uma série de coisas, principalmente quanto à questão da sustentabilidade. Mas, é importante vermos a questão da acessibilidade para funcionários portadores de deficiência à sala de reuniões, que é em cima. Deu para contar doze degraus, seis num lance e seis num outro lance. Temos que observar essa questão, porque o funcionário portador de deficiência tem que participar das reuniões. Hoje, todo projeto tem de pensar nessa questão, não somente dos usuários, mas também dos funcionários. A SRA. HELOÍSA ALENCAR (Assessora Técnica do CMS): Primeiro quero saudar porque finalmente a Secretaria tem uma equipe que pensa no meio, agora temos projeto e fica mais fácil fazer a obra, usar o dinheiro que ficava lá parado quatro anos, como no caso do HPS. Outra coisa que quero perguntar em relação ao projeto é que me chamou a atenção a questão da preocupação com alguns ambientes, embora - como a Sônia levantou a questão - não diga que o consultório não possa ter mesa ginecológica. Todos os consultórios podem ter mesa ginecológica, mas tem que haver um banheiro, essa é a diferença. Quanto à questão dos agentes de saúde - e achei que o Vieira falaria sobre isso - existe a questão do bicicletário, onde as bicicletas possam ser colocadas. Há também a questão do gás, do lixo. Não vi esses detalhes. E também a preocupação do Héverson considero bem importante. Esse projeto sustentável que acho muito interessante tem uma especificação técnica do material, da qualidade. E a minha dúvida é como se garante a qualidade do material quando é feita a licitação para essas obras. Porque os postos tinham um valor, e antigamente com trezentos e cinquenta mil se fazia um posto de saúde, com quatrocentos mil, agora já são um milhão de reais. Vimos que o projeto é melhor, é grande, aumentou de tamanho, tem uma especificação de qualidade que determina custos, compreendemos isso. Mas, a minha pergunta é nesse sentido, e a Dona Maristela deu um depoimento de que está sendo bem feito. Mas, já ouvimos a Conselheira Palmira dizer que é "uma casquinha de ovo" a construção do PIEC, que parecia quando se batia na parede que ela cairia. Se as unidades ficarem como está no projeto será muito bom para os trabalhadores e para a população, mas quero saber como será garantido na contratação da empresa que irá fazer a obra que essa qualidade será realidade, e

687

688

689

690

691

692

693 694

695

696

697 698

699

700

701

702 703

704

705706

707

708

709

710 711

712713

714

715716

717 718

719 720

721 722

723

724 725

726 727

728

729

730

731

732733

734

que seja colocado nos editais uma forma para se garantir que o projeto seja cumprido quando da construção da obra, coisa que nem sempre vemos. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): A minha preocupação se dá em relação à unidade Panorama, cujo custo inicial era de 190 mil e agora será de 930 mil reais. Fizemos uma visita com a comissão de fiscalização nessa unidade para verificar as obras, e ali há um terreno que, mesmo que seja demolida parte do posto como previsto, tem pouca extensão de fundos. Então, essa é a minha questão, porque acho muito díspares os valores, de 190 mil para 930 mil reais. Constatamos isso também quando da fiscalização das obras do pronto atendimento da Lomba do Pinheiro, que embora tendo dinheiro novo, investimento para a obra, vemos que a empresa que está construindo aproveita materiais, utiliza portas usadas, torneiras usadas. Só conseguimos ver esses detalhes quando fazemos a fiscalização. Então, essa é a minha grande preocupação, porque o controle social faz a sua fiscalização, mas na Secretaria deve haver um engenheiro que libera os recursos para a empresa que está construindo. Nós, que somos leigos, constatamos essas coisas, então o engenheiro que é pago para isso, o responsável pela obra tem que ver muito mais do que nós. Isso aconteceu em diversas obras. Temos de garantir que o material descritivo quando da contratação para a obra seja de fato cumprido quando da construção, para não acontecer o que a Palmira nos relatou em outra reunião e que nós constatamos também. O SR. GILMAR CAMPOS (CDS Lomba do Pinheiro): O projeto está muito bonito, mas a planta que tenho da Panorama está diferente, que é de dois pavimentos. O terreno é estreito, mas a obra será para cima, e em cima, se não me engano, vai haver mais consultórios. Quem tiver dificuldades para subir será atendido na parte de baixo. Mas, a planta está totalmente diferente daquilo que foi mostrado aqui. Queremos saber sobre isso porque não vimos nada quanto ao pronto-atendimento. Lutamos muito pela UBS Panorama e quem já foi lá pode notar que é pequeno o local. Como a unidade faz divisa com a Restinga, pega todo o pessoal da Pitinga, deveria ser maior. Inclusive há pessoas de Viamão que vão lá consultar. Teria de ser recadastrado todo aquele povo de novo, porque tem gente de Viamão que pega o endereço de outro e vai lá, porque é na divisa. Então, quando vemos esse projeto ficamos faceiros e torcendo para que aconteça. Outra coisa que quero dizer é que a Vânia, que foi coordenadora de lá e hoje é gerente, deu muito sangue para aquilo, assim como nós da comunidade sofremos muito para ter aquela obra. Então, Sr. Secretário, temos de dar os parabéns quando vemos isso, porque o outro Secretário olhava para nós e "não dava nem as horas". Quando é bonito elogiamos, ficamos torcendo para que saia do papel, e hoje conseguimos o espaço que será alugado. Esperamos que dê tudo certo. Obrigado. A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER (CREFITO): Sou servidora da Secretaria Municipal da Saúde e Presidente da Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho. Como Presidente da Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho tenho algumas ponderações a fazer. Primeiro, quero parabenizar pelas inspeções que são feitas nas unidades. Temos perfeito conhecimento de como estão as unidades. Então, parabéns pela iniciativa. A primeira das ponderações diz respeito ao que foi abordado pelo Terres, isto é, os usuários não vão utilizar o segundo pavimento. E os funcionários? Eu não vi, sanitários para os funcionários. Eles estão colocados apenas na parte superior ou há também na parte debaixo? Ah, em cima também. É realmente, então não há como nenhum servidor público ser cadeirante ou deficiente físico. Outra ponderação que faço, e temos pontuado durante os processos que temos encaminhado tem a ver com a enorme demanda que tem chegado à Comissão – felizmente estão ocorrendo reformas nas unidades básicas de saúde, mas não há planejamento para essas reformas. Isto está acontecendo frequentemente, trazendo prejuízo para os trabalhadores que têm que interromper toda a rotina de trabalho e também para os usuários. Há relato de que uma pessoa está fazendo nebulização ao mesmo tempo em que estão abrindo buraço na parede para colocar ar condicionado. Há possibilidade sim de se resolver isso desde que haja um

736

737

738

739

740

741

742

743

744745

746 747

748 749

750

751

752

753

754 755

756

757

758

759 760

761 762

763

764

765

766 767

768769

770

771 772

773 774

775 776

777

778

779

780

781 782

783

planejamento, junto com a manutenção ou com o serviço terceirizado que executa os serviços nas unidades básicas de saúde. Isso facilita tanto para a chefia, para a gerência que não terá que parar de prestar atendimento ao usuário, mas também traz uma ótima condição de trabalho municipais. Obrigada. para SRA. DANIELE (Gerência Glória/Cruzeiro/Cristal): Em primeiro lugar quero dar os parabéns por estarmos discutindo o projeto. É um momento muito rico e estou muito feliz por estar participando da discussão. Gostaria que fosse colocado o slide onde aparece a equipe de trabalho, para que pensássemos juntos se não há uma maneira melhor de representar a equipe de trabalho. (É mostrado o slide) Essa foto me remete a uma equipe de trabalho de um hospital, principalmente de uma sala cirúrgica, se levarmos em conta a proteção que a pessoa está levando na cabeça, pela cor do avental. Talvez pudéssemos colocar uma outra forma representando o PSF porque é uma equipe que vai trabalhar muito com a prevenção e a promoção de saúde e que, por certo, não vai estar usando o avental em todos os momentos porque vai estar, na maior parte do tempo, desenvolvendo trabalho na comunidade, com os usuários, no próprio domicílio destes. No entanto, mesmo quando estiver usando o avental ou com coletes, os agentes comunitários, vai estar com um avental diferente deste do slide. Temos trabalhado com uma foto – e desconheço a autoria, temos que ver a possibilidade de utilizá-la – e posso enviá-la por e-mail. A foto em questão mostra uma casa onde há uma família e, nesta casa, está escrito: "Sempre sonhamos com um médico na família". É bem interessante. Talvez possamos pensar em algo mais Obrigada. SRA. **PALMIRA MARQUES FONTOURA** Α Humaitá/Navegantes/Ilhas): Também quero dar parabéns pelo projeto, mas há uma coisa que me preocupa e que preocupa praticamente todos os usuários, que são os dias de chuva. Sempre o usuário vai ficar embaixo da chuva porque não tem abrigo para o usuário. Seria muito bom que quem está fazendo o projeto se preocupasse com isto, porque se for melhorar a saúde não precisaremos ir muito cedo para as filas, mas assim mesmo vamos ter problemas sérios, como temos hoje. Uma outra coisa que quero falar é que nós, usuários, fizemos uma comissão de obras e fomos verificar. Fiquei surpresa, falei para o Luciano que estava junto e trouxe para a comissão. A parede que fizeram dava a impressão de que tivesse sido feita por alguém como eu, que vai lá faz um buraco e não sabe o que está fazendo. A canalização elétrica parecia uma minhoca! Quando se batia na parede tinha-se a impressão de que ela fosse cair. Falei com o pessoal da obra e eles me disseram que colocariam mais uns tijolos. Eu até figuei preocupada, não foi, Luciano? A arquiteta que estava lá fez uma área para colocar os aparelhos de ar comprimido. No entanto, esses equipamentos não vão ser mais colocados naquele lugar porque ficou muito pequeno, vão sair por fora. E aí vai acontecer o que o Héverson disse: "- Vão roubar!" Então, é preciso que seja feito algo bem feito para que não roubem os equipamentos. Esta é a minha preocupação e também gostaria de ver melhor essa questão do usuário que vai tomar banho de chuva. Estou convidando os conselheiros aqui presentes para que, no próximo dia 25, às 14 horas, se juntem a mim, ao Luciano, ao Francisco e mais algumas pessoas e nos acompanhem numa visita que vamos fazer ao PSF do PIEC. Gostaria que pudesse contar com mais conselheiros nessa visita. Isso é importante porque quando formos fazer o relatório não será apenas o relatório da conselheira, mas também de outras pessoas que compareceram. As secretarias que têm os engenheiros que fazem as obras, os projetos, elas têm que ter controle do que está acontecendo, porque é dinheiro público. Pode-se fazer um posto bonito, maravilhoso, mas e o material, como fica? Onde está a qualidade que precisamos para a execução do trabalho? Penso que é preciso ter muito cuidado e temos que ficar de olhos abertos. Secretário, não é que se queira falar mal, estamos trazendo o que realmente está acontecendo e tanto isto é verdadeiro que foi solicitado à Secretaria que fizesse uma comissão. Por isto estamos trazendo esta preocupação. A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO (CDS Restinga): Gostei, ficou bem. Tenho duas perguntas. Ventilação há em todas as salas?

785

786

787

788

789

790

791

792 793

794

795 796

797

798 799

800

801

802

803

804

805

806

807

808

809

810

811

812

813

814

815 816

817 818

819

820 821

822

823

824

825 826

827

828

829

830 831

832

Sobre o que a Palmira falou a respeito de fiscalização de obras, quem for ser fiscal de obra não pode receber o descritivo da obra depois de o prédio já estar em pé, como nós recebemos lá no Núcleo Esperança. Acho que temos que receber esse descritivo quando sair a proposta da obra. Como vamos saber se fizeram a viga de Beltrame, se utilizaram o ferro de 8" onde deveria ter sido colocado? Como vou saber se a Secretaria vai dar aquela porta que está faltando para o gabinete do dentista ou vai esperar que o Moinhos de Vento coloque, que tire o engenheiro lá do meu hospital? Temos que receber com antecedência essas coisas por que, do contrário, ficamos malhando em ferro frio. E mais, acredito que se tenha que pensar adiante, não é para falar que existe roubo e que temos que educar as pessoas. A gente tem que viver a realidade. Acho que as janelas têm que ter grade de proteção, não é mais possível se fazer um posto sem grade de proteção ou colocar aquelas grade fininhas que o cara vai lá, dobra e entra. Como vou saber se a janela que foi colocada é a mesma que estava especificada no descritivo da obra? Os caras foram lá, levantaram e entraram. É preciso que tenhamos acesso ao descritivo da obra no começo da construção. E mais, acho que também é necessário que haja uma sala para o conselho, porque nós participamos, estamos lá dentro, brigamos e é preciso que pensem em nós. (Palmas.) O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Em primeiro lugar vou responder ao Sr. Héverson, com relação à apresentação inicial. A apresentação inicial tem exatamente as demandas que foram decididas pelo Conselho. Se as outras demandas que o Sr. Héverson referiu, vão ser feitas ou não, não estão dentro daquilo que foi combinado aqui, nesta plenária, sobre as treze obras que estavam naquela verba da municipalização solidária. Sobre isso ainda tive o cuidado de ver com o Conselho se havia alguma discrepância entre o que estávamos apresentando e aquilo que se tinha. Assim, com relação a isto estou bastante tranquilo porque colocamos exatamente o que estava previsto e que foi discutido e aprovado aqui no Conselho Municipal de Saúde. Em relação ao novo projeto, obviamente que ele não tem como ser construído em todos os locais porque ele exige um terreno de maior dimensão. Antigamente se construía unidade de saúde em gualquer terreno de 200 metros quadrados e hoje sequer pensamos em aceitar terreno com menos de 800 metros quadrados. Hoje estamos pedindo terrenos de 1000 a 1500 metros quadrados, porque se fizermos um prédio em toda a dimensão do terreno para que as pessoas não entrem, não roubem e não assaltem, aí eu desisto. Vamos ter que trabalhar de outra forma com a comunidade, com as pessoas, pois não posso fazer um prédio sem que seja previsto um local para estacionamento, onde não haja um acesso para bicicletário, até por que assaltar e roubar é uma coisa que acontece sempre. É um problema difícil de se resolver completamente. Acho que o projeto tem algumas melhorias para serem feitas, pois partimos de um projeto de 240 metros quadrados e chegamos a um projeto com mais de 500 metros quadrados. Acho que algumas coisas precisam ser repensadas, como a questão do segundo andar. A equipe se baseou no fato de que, hoje, as unidades de 240 metros quadrados, que estamos construindo, também tem um segundo andar, alguns inclusive com escada em caracol, que é muito pior. A equipe tentou fazer um posto com o dobro do que existe hoje, continuou utilizando o critério de a equipe ter a parte administrativa na parte superior, mas realmente considero que isto é um problema e deverá ser reavaliado em projetos futuros. Este projeto pode ser melhorado, de fato. Hoje existe a comissão de obras, mas quem criou a comissão de obras, quem disse que passaria a ter a comissão de obras não foi o Conselho Municipal de Saúde, foi o gestor. A comissão de obras foi uma iniciativa do gabinete. Nós decidimos que haveria comissão de obras em todas as obras da Secretaria Municipal da Saúde, antecedendo, inclusive, ao que hoje está em todas as obras da Prefeitura, que tem comissão de obras com representantes do OP e, no nosso caso, temos representantes do Conselho Municipal de Saúde. Então, a comissão de obras tem que ir lá e olhar. No início, nas primeiras comissões de obra, houve uma certa resistência das equipes em entregar a documentação com o descritivo das obras, mas

834

835

836

837

838

839

840 841

842 843

844845

846

847

848

849

850

851

852853

854

855

856

857858

859

860

861

862

863

864 865

866

867

868

869 870

871 872

873

874

875876

877

878

879880

881

esta já é uma etapa vencida. A comissão de obras tem acesso e deve receber todos o descritivo das obras, deve acompanhar e ajudar a ver se realmente aquilo que está escrito é o que está sendo feito. Essa é a função da comissão de obras. O que nós orientamos é que a comissão de obras não deve ir lá discutir com o servidor da obra. Ela deve apresentar para a Secretaria Municipal de Saúde, para o gabinete, aquilo que considerar não estar de acordo com o contratado e vamos chamar a empresa que estiver construindo a obra e fazer a discussão a respeito. Não tenho dúvidas que o projeto melhorou, e muito. Havia anteriormente a previsão de utilização das águas - talvez tenha sido retirada pelo custo - da chuva, mas é algo que pode ser reincorporado ao projeto. Tudo que foi colocado aqui vai ser avaliado e vamos tentar colocar em projetos futuros, e melhorar ainda mais esse projeto que consideramos já ser uma melhoria significativa. A Mirtha falou quanto ao planejamento. O que posso dizer é que todas as reformas são planejadas. Não podemos fazer obras no horário noturno, porque vamos encarecer a obra, tornando uma obra de um milhão de reais em um milhão e meio, porque vamos ter de pagar horário noturno para todos os servidores. Infelizmente, tanto as pessoas que vão lá para serem atendidas, quanto os trabalhadores vão ter de conviver com algum barulho, com alguma poeira, porque, caso contrário, teríamos de fazer obras nos finais de semana, feriados e horários noturnos. É impossível não ter nenhum incômodo, não tem como se fazer uma obra e não causar incômodo, isso é assim em todos os locais. Esse é um problema que não vejo como resolvê-lo. Anotei as outras questões, como a do chapéu eólico, não entendo nada de engenharia, mas o senhor que falou parece que tem bastante conhecimento e os nossos engenheiros, arquitetos, darão uma olhada. Acredito que devemos partir para projetos ainda mais ousados do que esse, talvez colocando a parte administrativa em baixo, até pela questão dos banheiros. A ideia é que os banheiros sejam todos dignos, limpos e que tenham uma boa condição de utilização. Então, não vejo nenhum problema para que o usuário e o servidor utilizem o mesmo banheiro. Não vejo isso como sendo um problema, porque devemos ter sempre o cuidado para manter os banheiros limpos e em condições adequadas de uso, por servidor ou não servidor. Estamos solicitando à equipe para que nos próximos projetos crie-se uma sala para coleta de exames. Pretendemos que num momento futuro todas as unidades tenham coleta de exame pelo menos no turno da manhã. E quanto à Panorama, realmente é uma obra especial. Até solicito, se há consultório na parte superior, que a equipe avalie a possibilidade para acessibilidade. Há elevadores que são construídos a custos não tão caros, que fosse avaliada a possibilidade de acesso que não fosse unicamente por escada. É isso, anotamos todas as questões, a equipe também anotou e vamos tentar melhorar o projeto dentro daquilo que foi aqui colocado por vocês. A SRA. MIRTHA: Apenas para dizer que o que chega de informação na comissão de saúde e segurança do trabalho, e não sei se isso se dá em todas as gerências, mas quando chega na comissão é porque a coisa já está crítica. É que não está ocorrendo um planejamento. Por exemplo: falam que vai começar a obra em tal horário, os atendimentos deixam de ser feitos e a obra inicia em outro horário. É dessa forma de planejamento que me refiro, para que se possa organizar, junto com a unidade de saúde, para que não seja prejudicado o atendimento, e também se tenha mais cuidado com a saúde dos servidores municipais. É isso que está chegando de demanda. Outra coisa: quando há reforma também deve-se ter cuidado com os riscos, com a questão da eletricidade, são pontos que devem melhorar. A SRA. MAGLIANI (SMS): Como são questões pontuais elas podem ser enviadas e conseguiremos responder item por item para esclarecer. Com certeza está havendo planejamento por parte da equipe, e pontualmente conseguiremos responder a cada um desses itens. O SR. HEVERSON VILLAR DA CUNHA (CDS Restinga): Eu não disse que é para criar espaço ou não para estacionar ou tirar carro. Estou falando é que lá em cima está se criando uma zona onde o vagabundo vai-se esconder e vai entrar para o posto. Aqui na Secretaria mesmo há uma pérgola que avança por cima da calçada onde o pessoal pode se

883

884

885

886

887

888

889

890

891 892

893 894

895

896

897

898 899

900 901

902

903

904

905

906 907

908 909

910

911

912

913 914

915 916

917 918

919

920 921

922

923

924 925

926 927

928 929

930

esconder em cima e entrar para o prédio. É isso que eu disse, que no telhado tem uma parede a mais, e eu acho que aquilo é desnecessário. Mas, vamos fazer o posto e depois a gente colhe os frutos. Segundo, Sr. Secretário: Ata n.º 26 de 2002, Secretário Kliemann, Coordenador Nei Carvalho, aprovada por esse Conselho, está aqui a ata e está aqui a lista de presenças, o PSF Pita, municipalização solidária. Ata n.º 06, de 2003, Secretário Kliemann, Coordenador Humberto Scorza, está aqui a lista de presenças, "ratificação do plano de aplicação da municipalização solidária, exercício 2002/2003", o Pita está lá, garantido recurso há mais de nove anos. Falta a execução. Detalhe: hoje à tarde houve uma reunião com o Secretário da SMOV, fui lá e falei com o Secretário Cássio, não é da competência dele, quando precisar do apoio da SMOV é só mandar para lá porque ele disse que não tem problema nenhum. O DEMHAB está terminando amanhã a consulta, pegando a anuência dos moradores, para receber o posto de saúde. Provavelmente na quarta-feira que vem o DEMHAB vai convidar o senhor para receber a permissão de uso do terreno, que é da prefeitura de Porto Alegre. Vai sair o Salso? Não vi na municipalização quando é que sai a licitação do Salso. Vi uma previsão de que depende da regularização do terreno, enquanto que para outros já vai estar saindo a licitação. Passei ao senhor o processo e tem de ligar para o diretor dizendo queremos o papel para fazer a licitação ainda nesse ano. Obrigado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Nada mais havendo a tratar declaro encerrados os trabalhos. (Às 21h35min.)

> MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA Coordenadora do Conselho CMS/POA

932

933 934

935

936 937

938

939 940

941

942943

944

945 946

947 948

949

950951952

953

954 955 OSCAR RISSIERI PANIZ
Vice Coordenador CMS/POA

Ata aprovada na reunião plenária do dia 25/08/2011